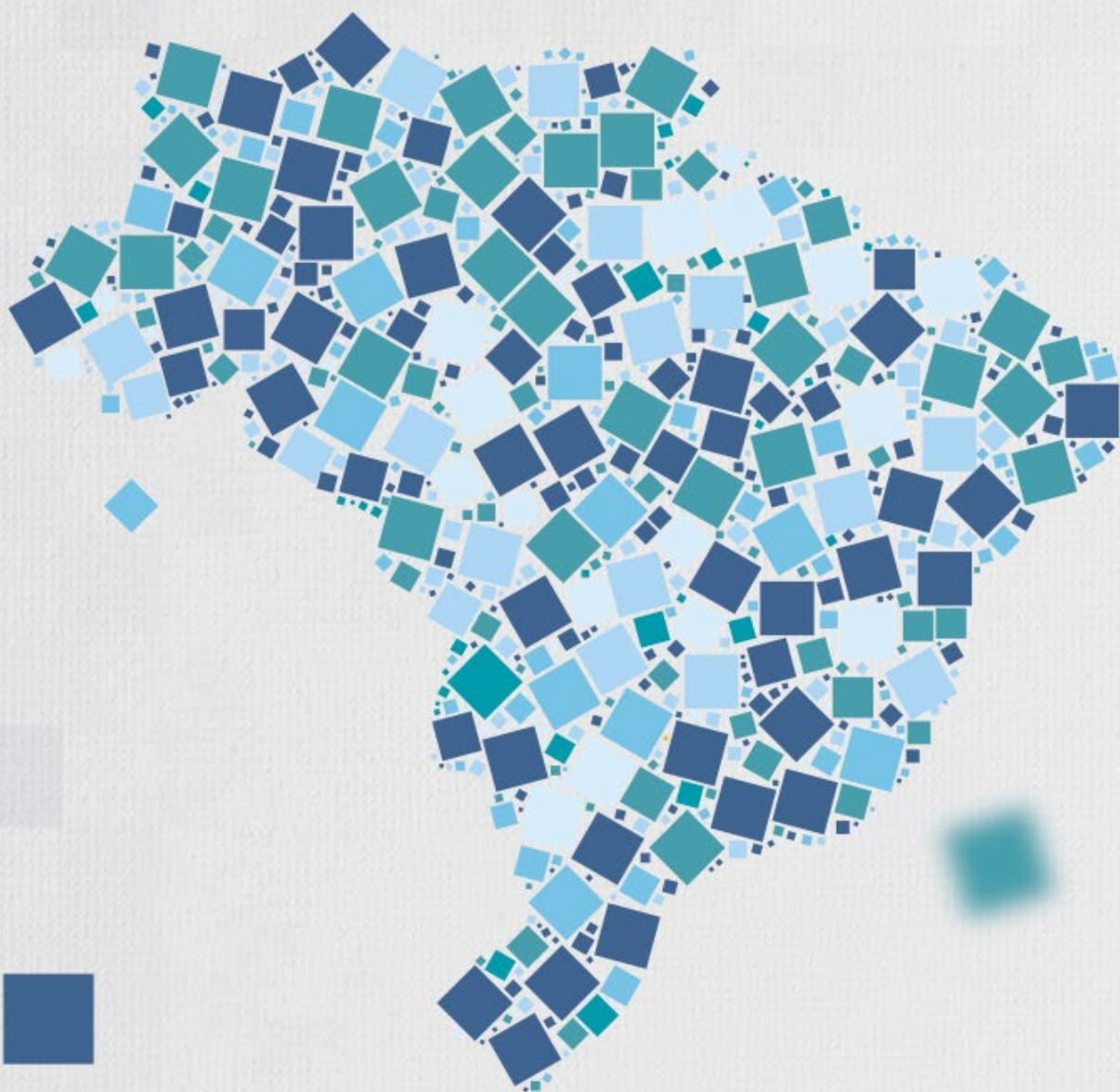


RELATÓRIO



XI ENCONTRO NACIONAL signatárias da plataforma **MROSC**



“Fortalecendo a Sociedade Civil para
o Compromisso com a Agenda MROSC”



Participantes do XI Encontro Nacional Signatárias da Plataforma MROSC

Fonte: acervo da Plataforma MROSC

Relatório

XI Encontro Nacional

Signatárias da Plataforma MROSC

“Fortalecendo a Sociedade Civil para o Compromisso
com a Agenda MROSC”

Datas: 31 de agosto e 01 de setembro de 2023

Local: Centro Cultural de Brasília (CCB) - Brasília/DF

Realização: Cáritas Brasileira e Elo Ligação e Organização

79 pessoas Participaram do Encontro



48 mulheres



31 homens



31 de agosto de 2023

(manhã)

Acolhida

Marcela Vieira, Assessora Nacional da Cáritas Brasileira e Coordenadora do Projeto “Fortalecimento e Regionalização da Plataforma por um Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil”, convidou a plenária, por Região, a entoar a seguinte cantiga:

*“Embarca morena, embarca, molha o pé, mas não molha a meia. (2x)
Eu vim lá do Nordeste (outra Região, Brasil) fazer barulho na terra
alheia. (2x)”*



Programação

31 de agosto de 2023

- 08:30h. - 09:00h. – Chegada e credenciamento
- 09:00h. - 10:30h. – Mesa de Abertura: Lançamento do Legado Plataforma MROSC
- 10:30h. - 10:45h. – Intervalo
- 10:45h. - 12:00h. – Mesa I - Balanços dos primeiros meses do Governo Federal e o reflexo na Agenda MROSC
Saudação à Plenária da Deputada Federal Lídice da Mata
- 12:00h. - 13:30h. – Almoço
- 13:30h. - 15:00h. – Mesa II - Reforma Tributária e Organizações da Sociedade Civil
- 15:00h. - 16:00h. – Debate sobre a Regionalização da Agenda MROSC
- 16:00h. - 16:30h. – Intervalo
- 16:30h. - 17:30h. – Plenária sobre a Regionalização da Agenda MROSC
- 17:30h. - 19:00h. – Mesa III - Lançamento do Manual de Criminalização Burocrática e atuação das Organizações da Sociedade Civil
- 19:00h. – Encerramento

01 de setembro de 2023

- 08:30h. - 09:00h. – Chegada e credenciamento
- 09:00h. - 09:30h. – Mesa IV - Encerramento do Projeto da Plataforma MROSC
- 09:30h. - 10:30h. – Proposta para o Futuro: debate sobre as prioridades para o próximo período da Plataforma MROSC
- 10:30h. - 11:00h. – Intervalo
- 11:00h. - 12:00h. – Plenárias das Plataformas e Articulações Estaduais
- 12:00h. - 13:30h. – Almoço
- 13:30h. - 14:00h. – Intervenção Cultural
- 14:00h. - 15:00h. – Plenária de definição de prioridades de atuação para o próximo período da Plataforma MROSC
- 15:10h. - 15:30h. – Intervalo
- 15:30h. - 16:00h. – Indicação de Nova Organização para Composição do Comitê Facilitador da Plataforma MROSC
- 16:00h. - 16:40h. – Encerramento



Mesa de Abertura: Lançamento do Legado da Plataforma MROSC

Moderadora:

Marcela Vieira, Assessora Nacional da Cáritas Brasileira e Coordenadora do Projeto “Fortalecimento e Regionalização da Plataforma por um Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil”.

Palestrantes:

Henrique Botelho Frota, Coordenador Executivo do Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Instituto Pólis), membro da Direção Executiva da Associação Brasileira de ONGs (Abong) e representante da Abong no Comitê Facilitador da Plataforma MROSC.

Aline Braúna, representante da União Comunitária de Desenvolvimento de Freixeiras/CE, da Plataforma MROSC no Estado do Ceará e do Encontro de Mulheres da Plataforma MROSC.

Eliana Rolemberg, da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) e representante da CESE no Comitê Facilitador da Plataforma MROSC.

Marcela Vieira

Marcela Vieira convidou Henrique Botelho Frota a iniciar as atividades do XI Encontro Nacional das Signatárias da Plataforma MROSC.

Henrique Botelho Frota

Henrique Frota faz uma introdução calorosa ao evento. Ele cita a importância das organizações da sociedade civil (OSCs) na Plataforma e ressalta que a Plataforma MROSC é, essencialmente, a união dessas organizações. Henrique menciona conquistas anteriores, como a aprovação da Lei nº. 13.019/2014, que estabeleceu diretrizes para as parcerias entre o poder público e as OSCs. No entanto, ele também destaca que a implementação efetiva dessa lei continua sendo um desafio, especialmente nos níveis municipais e estaduais. Henrique enfatiza a necessidade de uma cultura de colaboração entre as organizações e a administração pública, em vez da tradicional abordagem de fiscalização. Ele ressalta que as OSCs contribuem de maneira significativa para a sociedade e que seu trabalho vai além dos recursos financeiros. Henrique agradece às diversas organizações e à equipe envolvida na organização do evento, reconhecendo especialmente o papel das mulheres nesse processo. Ele lembra a importância da participação feminina em posições de destaque e faz um apelo para que todas as vozes sejam ouvidas durante o encontro. Na sequência, Henrique convida à mesa as palestrantes Aline Braúna, que apresentará uma síntese do que foi discutido no Encontro Nacional das Mulheres da Plataforma MROSC, e Eliana Rolemberg, que lançará o “legado” da Plataforma MROSC: um registro da trajetória e conquistas da Plataforma ao longo dos anos. Esse momento será seguido pela distribuição de exemplares do legado a todos/as os/as participantes do evento.

Aline Braúna

Aline Braúna compartilhou suas reflexões durante o XI Encontro Nacional das Signatárias da Plataforma MROSC. Ela destacou a importância do Encontro de Mulheres ocorrido um dia antes do evento nacional, ressaltando a necessidade de abordar a temática das mulheres na Plataforma. Aline mencionou a importância da pesquisa sobre as ações das organizações com mulheres, enfatizando a necessidade de transformar os resultados em ações concretas nos Estados. Ela também sugeriu a criação de um comitê de mulheres dentro da Plataforma MROSC, que discutiria questões relacionadas à violência e ao empoderamento feminino. Aline lembrou a necessidade de trabalhar em conjunto para garantir a sustentabilidade da Plataforma e a participação ativa das OSCs na formulação de políticas públicas. Ela incentivou a divulgação das ações da Plataforma e destacou a importância de envolver as OSCs nas discussões sobre leis e decretos que afetam seu trabalho. Além disso, Aline mencionou a importância de sensibilizar vereadores/as e outros representantes públicos sobre a Plataforma MROSC e a legislação relacionada às OSCs. Ela também elogiou as iniciativas de capacitação e educação promovidas pela

Plataforma. Aline encerrou expressando sua esperança de que o evento inspirasse as participantes a fazerem a diferença em seus Estados, a impulsionarem as Plataformas Estaduais, as discussões sobre as OSCs e os direitos das mulheres.

Eliana Rolenberg

Eliana inicia sua palestra abordando a importância da plenária refletir sobre o legado da Plataforma MROSC. Ela destaca que o legado não se resume apenas a bens materiais, mas também inclui contribuições e marcos deixados para o futuro. É uma herança que serve como memória e inspiração para novas propostas, especialmente no contexto de construir um Brasil democrático, inclusivo e solidário. Ela menciona Mauri Cruz, que representou a Abong na Plataforma MROSC e foi encarregado de coordenar a publicação sobre o legado. Segundo Eliana, Amauri revisitou todos os materiais disponíveis e desenvolveu um excelente trabalho de sistematização. Eliana enfatiza que esta publicação não apenas possui um design atrativo, mas também é rica em conteúdo que será valioso para as organizações da sociedade civil. Eliana destaca a importância do protagonismo das OSCs, que desempenham um papel fundamental na influência das políticas públicas e na cooperação com o governo para a realização de propostas significativas. Ela enfatiza a relevância de compartilhar experiências e de fazer valer o que a sociedade civil produz em prol do desenvolvimento do país. Em seguida, Eliana apresentou o Power Point “Plataforma MROSC: uma voz ativa na defesa da sociedade civil organizada” (vide Anexo I deste relatório). Eliana conclui lembrando a importância de aumentar o número de visitas ao site da Plataforma MROSC. Ela destaca que o site e as redes sociais contêm publicações valiosas, orientações e registros de experiências que são cruciais para enfrentar os desafios futuros. Ela conclama todos e todas a trabalharem juntos/as na reconstrução do Brasil, resgatando os direitos perdidos nos últimos anos e conquistando novos direitos por meio das ações das OSCs. Eliana encerra a palestra agradecendo a todos e todas pela participação e engajamento.

Henrique Botelho Frota

Henrique destaca a importância do legado da Plataforma MROSC, que é um registro das realizações desde sua fundação em 2010. Ele elogia o trabalho de Mauri Cruz, que contribuiu para a publicação. Em seguida, faz a entrega oficial do legado a Márcio, representante do Amauri no evento, e também convida Aldiza Soares e Igor Férrer a receberem a publicação. A mesa de abertura termina e Henrique reporta-se à próxima mesa, que discutirá os primeiros meses do Governo Federal em relação à Agenda MROSC.



Mesa I - Balanço dos primeiros meses do Governo Federal e o Reflexo na Agenda MROSC

Moderadora:

Marcela Vieira, Assessora Nacional da Cáritas Brasileira e Coordenadora do Projeto “Fortalecimento e Regionalização da Plataforma por um Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil”

Palestrantes:

Laís de Figueirêdo Lopes, Consultora Jurídica da Plataforma MROSC

Igor Ferrer, Diretor de Parcerias com a Sociedade Civil da Secretaria-Geral da Presidência da República

Aldiza Soares, Secretária Executiva do Conselho Nacional de Fomento e Colaboração (Confoco) da Secretaria-Geral da Presidência da República

Marcela Vieira

Segundo Marcela, o objetivo desta mesa foi discutir os primeiros meses do Governo Federal e seu impacto na Agenda MROSC. Ela convidou os/as três palestrantes: Laís, Igor e Aldiza para dialogarem com a plenária destacando a recuperação econômica, a criação e o retorno de ministérios, a retomada dos conselhos e programas sociais, e as perspectivas para o futuro. A moderadora pediu a Laís que fizesse algumas considerações iniciais sobre o assunto.

Laís de Figueirêdo Lopes

Laís, que ocupou a posição de Assessora Especial do Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, compartilhou sua experiência relacionada à história da Plataforma e os obstáculos que foram enfrentados para promover a implementação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Ela começou destacando a criação de um grupo de trabalho em 2011, que foi uma resposta ao compromisso assumido pelo Governo nas eleições de 2010 para estabelecer um grupo com participação da sociedade civil. Esse grupo de trabalho desempenhou um papel fundamental na elaboração das diretrizes para o MROSC. Em seguida, abordou a aprovação da Lei nº. 13.019/2014, que foi um marco importante, mas precisava de aperfeiçoamentos. A lei entrou em vigor em 2016 para a União, Estados e Distrito Federal, e em 2017 para os Municípios. No entanto, Laís explicou que a falta de indução para a implementação por parte do Governo Federal resultou em uma implementação inadequada nos Estados e Municípios. Laís também mencionou o contexto político, como o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff em 2016, que impactou negativamente a continuidade das políticas relacionadas às OSCs. Isso levou a discussões e retrocessos, que pareciam ter sido superados após a aprovação da lei. Também destacou a importância de ter uma estrutura governamental adequada para lidar com as OSCs, citando a proposta inicial da Plataforma de criar uma Secretaria Nacional de Organizações da Sociedade Civil. Embora essa proposta tenha sido reduzida para uma Diretoria, Laís enfatizou a relevância dessas estruturas para coordenar e promover a implementação da lei, bem como para fazer a interlocução entre o governo e a sociedade civil. Laís também mencionou a necessidade de trabalhar em conjunto para superar os desafios, como a criminalização burocrática, que afeta as OSCs. Ela enfatizou que, embora a conjuntura política tenha mudado, ainda há obstáculos a serem superados. A criação do Conselho de Participação Social da Presidência da República foi mencionada como um avanço, mas ainda há muito trabalho a ser feito, especialmente nos Municípios. Ela concluiu incentivando a colaboração contínua e alinhada entre

todos os envolvidos na agenda das OSCs, destacando que, embora haja desafios, a mudança de maré representou uma oportunidade para avançar na agenda das organizações da sociedade civil.

Igor Ferrer

Igor Ferrer começou sua palestra agradecendo pelo convite para o evento e expressou seu entusiasmo por estar presente, tanto em sua função no Governo Federal quanto em sua conexão contínua com a Plataforma MROSC. Igor mencionou seu histórico na equipe da Cáritas Brasileira, que desempenhou um papel importante na agenda regulatória nos últimos anos. Igor então explicou o que a Diretoria de Parcerias tem considerado e realizado nos primeiros sete a oito meses do Governo (vide Anexo II deste relatório). Ele se propôs a apresentar as prioridades dessa Diretoria, quais sejam:

- Revisão do Decreto nº. 8.726/16.
- Regulamentação da Lei Complementar nº. 187/2021.
- Implantação do Conselho Nacional de Fomento e Colaboração.
- Elaboração da Política Nacional de Fomento, Colaboração e Cooperação.
- Elaboração do Plano Nacional de Formação - MROSC.
- Elaboração do Manual MROSC.
- Elaboração da Estratégia Nacional de Sustentabilidade das OSCs.
- Atualização do Mapa das OSCs com IPEA.
- Quiosque MROSC.

Aldiza Soares

Aldiza Soares expressou sua alegria em estar presente neste encontro da Plataforma MROSC. Ela destacou a importância de encontros como esse, mesmo com os desafios financeiros. Aldiza, como Secretária Executiva do Confoco, mencionou sua dedicação e responsabilidade aumentadas devido ao cargo que atualmente ocupa. Ela explicou o objetivo e o funcionamento do conselho (conforme Anexo III). Por fim, agradeceu a oportunidade de apresentar o Confoco como política pública que pode efetivamente chegar às organizações da sociedade civil.

Intervenções da Plenária



Ênio Rosa expressou sua preocupação sobre a ausência de organizações de pessoas com deficiência nos encontros regionais e nacionais da Plataforma MROSC e na composição do Confoco. Ele questionou se essa ausência se deve à falta de convites por parte da Plataforma ou à falta de interesse das organizações de pessoas com deficiência. Ele enfatizou que as pessoas com deficiência são um grupo significativo no Brasil e historicamente excluído, e, portanto, é fundamental que sejam incluídas nas discussões e representadas na Plataforma e em outros órgãos. Ele também mencionou a criação de uma secretaria para os direitos da pessoa com deficiência no Governo Federal e o papel do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE) nesse contexto. Ênio expressou seu desejo de entender melhor como a Plataforma lida com a inclusão das pessoas com deficiência e como pode contribuir para aproximar esse segmento da Plataforma e das discussões sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.

O participante abordou a questão dos resíduos sólidos urbanos e a importância de incluir a reciclagem e a gestão adequada de resíduos na Plataforma MROSC. Ele destacou a relevância das pessoas catadoras de materiais recicláveis e como a reciclagem pode contribuir para a geração de empregos e energia sustentável. Ele lembrou a existência de leis e normas que respaldam a abordagem dos resíduos sólidos urbanos e enfatizou a importância de defender os direitos das organizações da sociedade civil para implementar iniciativas nessa área. Ele também mencionou a necessidade de parcerias e recursos para projetos de engenharia que podem transformar resíduos em recursos valiosos, como energia e grafeno. O participante encerrou sua intervenção destacando a importância de trabalhar em rede e buscar recursos para implementar projetos que promovam o trabalho, a renda e a dignidade das pessoas, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade.

O participante levantou duas questões importantes relacionadas ao decreto de criação do Confoco e à sua estrutura: 1) composição das instituições: ele perguntou se há previsão para a distribuição das 20 instituições que comporão o Confoco por Regiões Geográficas. Isso se deve à preocupação com a representatividade de diferentes Estados, incluindo áreas rurais, para garantir que as vozes de todas as Regiões do país sejam ouvidas no conselho; e 2) presidência do Confoco: o participante sugeriu a possibilidade de incluir no Regimento Interno do Confoco a alternância da presidência, permitindo que OSCs ou movimentos sociais também tenham



a oportunidade de presidir o conselho. Isso visaria dar voz àqueles/as que estão diretamente envolvidos/as nas realidades abordadas pelo Confoco. Essa pergunta se concentra na busca por uma representação mais equitativa e na inclusão de diferentes perspectivas na liderança deste conselho.

Diácono Amílson, representante da Cáritas Norte III, levanta uma preocupação sobre a regulamentação de recursos. Ele observa que, em alguns lugares, os recursos de diferentes origens são tratados de forma semelhante, mesmo quando têm regulamentações específicas. Isso pode afetar negativamente políticas públicas e fundos com regulamentos próprios, como fundos municipais para crianças e idosos. Ele busca orientações sobre como esclarecer essa distinção e evitar impactos prejudiciais em outras políticas e fontes de financiamento.

Maurício Paiva, do Centro Cultural Corrente do Bem, levanta duas questões. Primeiramente, ele observa que, assim como o primeiro participante mencionou, as políticas públicas para a diversidade, especificamente para o público LGBT, não parecem estar incluídas no Confoco. Ele questiona como isso pode ser abordado considerando a existência de conselhos estaduais e outros órgãos dedicados a essa política pública. Além disso, Maurício menciona que sua organização possui uma biblioteca comunitária e faz parte de uma rede nacional de bibliotecas comunitárias. Ele está interessado em saber como pode estabelecer conexões com o Confoco para desempenhar um papel na difusão do conhecimento, especialmente nas áreas de vulnerabilidade onde atuam. Essas questões apontam para a importância da inclusão de uma variedade de perspectivas e organizações na governança e gestão do Confoco, a fim de abordar de forma eficaz as diversas necessidades e desafios das políticas públicas no Brasil.

Tito Santana destaca pontos técnicos importantes relacionados à Plataforma MROSC e ao processo de fomento e colaboração, quais sejam: 1) responsabilização dos servidores: Tito aponta a questão da responsabilização dos servidores públicos conforme a Lei 8.112/90. Ele levanta a preocupação de que, se os servidores são responsáveis por todos os processos que assinam, é essencial rever como essa responsabilidade afeta seu trabalho e como ela se relaciona com a simplificação dos processos; e 2) criminalização das instituições: Tito menciona a necessidade de evitar a criminalização das instituições que buscam recursos por meio do fomento e colaboração. Isso está relacionado à responsabilidade dos servidores e à simplificação dos procedimentos. Esses pontos enfatizam a importância de encontrar um equilíbrio entre a simplificação dos processos e a responsabilidade dos servidores, garantindo que as organizações da sociedade civil não sejam prejudicadas devido a obstáculos burocráticos ou à atuação excessivamente cautelosa dos servidores públicos.

Silvio Santana aborda a questão da sustentabilidade financeira das OSCs como um tópico essencial que não foi mencionado na agenda apresentada por Igor e Aldiza. Ele destaca a importância de abordar o desafio financeiro enfrentado pelas organizações, especialmente considerando a dificuldade de obter recursos para sobreviver e continuar suas atividades. Silvio também propõe a criação de um programa de salvaguarda de emergência para as organizações, com doações significativas, talvez por meio de uma Medida Provisória (MP), a fim de fortalecê-las e permitir que continuem a desempenhar um papel fundamental nas parcerias e na sociedade. Sua preocupação destaca a necessidade de se abordar a sustentabilidade financeira das organizações como parte integral da agenda da Secretaria-Geral da Presidência da República, reconhecendo que a falta de recursos pode ser um obstáculo significativo para sua atuação efetiva.

O participante traz várias questões relacionadas ao financiamento de ações públicas e recursos para OSCs. Ele destaca os seguintes pontos: 1) orçamento público: o participante menciona que a execução de ações públicas está diretamente ligada ao orçamento público. Ele observa que muitos conselhos, como o Conselho Nacional da Criança e do Adolescente e o Conselho Nacional de Direitos Humanos, enfrentam dificuldades orçamentárias para realizar suas reuniões e atividades; 2) orçamento federal futuro: ele questiona se há perspectivas de alocação de recursos para parcerias no orçamento federal futuro, considerando os desafios relacionados ao equilíbrio fiscal e à disponibilidade de recursos; 3) emendas impositivas: menciona a competição por recursos de emendas impositivas e destaca a necessidade de um processo de seleção mais transparente para a execução desses recursos por OSCs; 4) destravamento de fundos públicos: ele aborda a questão do destravamento de fundos públicos, tanto em âmbito nacional quanto local. Isso inclui fundos como o Fundo da Criança e do Adolescente Nacional e fundos relacionados à universalização das telecomunicações. Ele destaca que muitos desses fundos acumulam recursos, mas enfrentam desafios na sua disponibilização. Essas questões apontam para a necessidade de abordar o financiamento de parcerias de forma mais eficaz, garantindo que os recursos sejam alocados de maneira transparente e eficiente, considerando os desafios orçamentários e legislativos existentes.

Aguinaldo Lima faz três perguntas relacionadas à execução de parcerias nos Municípios, ao diálogo com segmentos específicos, como assistentes sociais, e à criação de políticas de fomento para fortalecer organizações da sociedade civil: 1) execução de parcerias nos Municípios: Aguinaldo observa que as maiores distorções costumam ocorrer nos Municípios e pergunta como a Secretaria-Geral da Presidência da República tem lidado com essa questão, além do manual de orientações. Ele sugere a possibilidade de

incluir regras no decreto que impeçam que os Municípios modifiquem os termos dos acordos de parceria; 2) diálogo com segmentos específicos, como assistentes sociais: ele questiona como a Secretaria tem dialogado com segmentos específicos, como assistentes sociais, que desempenham um papel fundamental na execução de serviços por meio de parcerias. Ele destaca que esses profissionais têm influência na disseminação de informações em suas redes internas e pergunta como essa colaboração tem sido abordada; 3) criação de políticas de fomento para OSCs: Aguinaldo também questiona como criar políticas de fomento ou editais para fortalecer as organizações da sociedade civil. Ele expressa a necessidade de não apenas trocar serviços, mas de efetivamente fortalecer essas organizações.

A pergunta é sobre os esforços da Diretoria de Parcerias com a Sociedade Civil para simplificar a etapa de planejamento de editais a fim de tornar o processo de parceria mais acessível e inclusivo. O participante expressa a necessidade de convencer os servidores a incluírem critérios que simplifiquem a parceria nos editais e pergunta como a Diretoria está se organizando para abordar essa questão.

O participante compartilha uma reflexão sobre a importância da inclusão de pessoas com deficiência nas discussões e Plataformas do MROSC. Ele destaca que a participação das organizações que trabalham com deficiência depende, em grande parte, do interesse delas em se envolverem nesses processos. Além disso, ele menciona a presença da APAE em seu Estado, Bahia, como exemplo de organização que tem participado ativamente das discussões relacionadas ao MROSC.

O participante compartilha uma reflexão sobre a importância da inclusão de pessoas com deficiência nas discussões e Plataformas do MROSC. Ele destacou que a participação das organizações que trabalham com deficiência depende, em grande parte, do interesse delas em se envolverem nesses processos. Além disso, ele mencionou a presença da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) em seu Estado, Bahia, como exemplo de organização que tem participado ativamente das discussões relacionadas ao MROSC.

Devolutivas da Mesa

Laís de Figueirêdo Lopes

A palestrante respondeu diversas questões relacionadas ao MROSC vindas da plenária. Algumas das principais observações e pontos levantados incluem:

1. **A importância da acessibilidade:** Laís enfatiza que a acessibilidade é uma preocupação importante e que deve ser considerada na implementação do MROSC, de acordo com a Lei 13.019/2014 e com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
2. **Necessidade de um novo sistema:** ela destaca que os atuais sistemas, como o SI-CONV e TransfereGov, não estão adequadamente adaptados ao MROSC e que se faz necessário investir em um novo sistema que facilite a operacionalização da lei.
3. **Responsabilidade dos servidores:** Laís menciona a preocupação com a responsabilidade dos servidores públicos na implementação do MROSC e como isso pode afetar a colaboração com as organizações da sociedade civil.
4. **Importância do apoio das lideranças políticas:** ela ressaltou que é fundamental que as altas autoridades, como ministros e parlamentares, assumam a narrativa e a importância do MROSC, para que haja uma mudança significativa na implementação da lei.
5. **A necessidade de promover o PL 3026/2022:** Laís pede apoio para a aprovação do projeto de lei que trata das doações vinculadas, destacando a importância desse projeto para o campo das organizações da sociedade civil.
6. **Reflexões sobre a criminalização burocrática:** ela menciona que esse tema será discutido em uma outra ocasião, sugerindo que é importante debater a questão da burocracia excessiva na implementação do MROSC.

Laís compartilha várias preocupações e sugestões relacionadas à implementação do MROSC e destaca a importância de uma abordagem colaborativa e da atuação das lideranças políticas para superar os desafios enfrentados na execução da lei.

Igor Ferrer

Segue, abaixo, um resumo dos principais pontos abordados na resposta do Igor:

1. **Publicação de um Manual:** há planos para publicar um manual relacionado ao MROSC em uma portaria conjunta da Secretaria-Geral da Presidência da República,

Advocacia Geral da União (AGU) e Ministério da Gestão e Inovação dos Serviços Públicos (MGI).

2. **Caráter Normativo do Manual:** pretende-se que o manual tenha um caráter normativo, o que significa que fornecerá orientações claras sobre como os processos devem ser conduzidos no âmbito do MROSC.
3. **Ênfase na Formação:** a formação de funcionários públicos e outros envolvidos nas parcerias é vista como uma necessidade fundamental para o sucesso da implementação do MROSC.
4. **Envolvimento de Diferentes Segmentos:** Igor destaca a importância de envolver vários grupos, incluindo organizações da sociedade civil, gestores públicos, assessores parlamentares, conselhos e tribunais de contas, na compreensão e na aplicação do MROSC.
5. **Revisão do Confoco.**
6. **TransfereGov:** Igor menciona que o sistema TransfereGov é um parceiro importante nesse contexto, e estão sendo feitos esforços para aprimorar esse sistema, tornando-o mais adequado para a gestão de parcerias.
7. **Simplificação de Processos:** existe um desejo de simplificar os processos relacionados às parcerias para torná-los mais eficazes e acessíveis.
8. **Sustentabilidade:** há discussões em andamento sobre como promover a sustentabilidade das organizações da sociedade civil, incluindo a Reforma Tributária e a isenção de tarifas bancárias para doações.
9. **Participação das Organizações:** Igor afirma que o envolvimento ativo das organizações da sociedade civil na consulta pública é incentivado como parte do processo de revisão do MROSC.
10. **Consulta Pública:** Por fim, Igor enfatiza que a consulta pública é uma oportunidade importante para a participação das organizações e para influenciar as políticas relacionadas ao MROSC.

Aldiza Soares

Aldiza afirma que o Confoco é um órgão que não é setorial, mas transversal, não possui uma lista de organizações específicas e está em processo de formação. Ela menciona que a composição do Confoco será definida por meio de um chamamento público, que a diversidade de políticas e questões requer articulações para representação e que o Confoco não se limita a organizações, mas também incluirá redes e movimentos. Aldiza cita desafios relacionados ao orçamento, planejamento e prazos, bem como destaca a importância do Confoco na melhoria das parcerias para efetivar políticas públicas. Por fim, lembra o plano plurianual e o envolvimento da sociedade civil nesse processo.

Saudação à Plenária da Deputada Federal Lídice da Mata

Marcela Vieira

Marcela agradece o compromisso dos/das palestrantes, encerra a mesa e convida a Deputada Federal Lídice da Mata (PSB/BA) a saudar a plenária.

Deputada Lídice da Mata

Em seu discurso, a deputada expressa sua satisfação por estar presente em um evento com representantes da sociedade civil organizada e saúda especialmente Eliana Roemberg, uma referência na luta pelo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Ela menciona a história de Comissões Parlamentares de Inquérito que investigaram as organizações da sociedade civil no Brasil devido a preconceitos e desinformação. Ela enfatiza a importância das OSCs na realização e resistência das políticas públicas, destacando a luta ambientalista e feminista como exemplos de avanços alcançados por meio dessas organizações. A deputada se compromete em apoiar a Frente Parlamentar Mista em Defesa das Organizações da Sociedade Civil, mesmo que não possa liderar diretamente devido a suas múltiplas responsabilidades parlamentares, e promete traduzir as necessidades da sociedade civil no Parlamento, trazendo o envolvimento de deputadas novas na continuidade do trabalho.





31 de agosto de 2023
(tarde)

Mesa II - Reforma Tributária e Organizações da Sociedade Civil

Moderador:

Cássio França, Secretário-Geral do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e representante do GIFE no Comitê Facilitador da Plataforma MROSC

Palestrantes:

Silvio Santana, Presidente da Fundação Grupo Esquel Brasil (FGEB) e representante da FGEB no Comitê Facilitador da Plataforma MROSC

Daniel Rech, Assessor Jurídico da União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (UNICOPAS) e representante da UNICOPAS no Comitê Facilitador da Plataforma MROSC

Cássio França

Cássio França descreve a composição do GIFE, que inclui institutos corporativos, empresas, famílias com fundações e fundos independentes que doam recursos para projetos sociais. O GIFE é uma associação que reúne organizações que utilizam recursos privados para investir em projetos de interesse público. Cássio mencionou que a mesa de debates irá abordar a Reforma Tributária e seu impacto nas organizações da sociedade civil. Ele ressaltou a importância desse tema para as organizações e informou que a primeira fase da Reforma Tributária já foi aprovada na Câmara e agora está no Senado, com possíveis mudanças a serem discutidas.

Silvio Santana

Silvio Santana discute a Reforma Tributária e seu impacto nas organizações da sociedade civil (vide Anexo IV deste relatório). O principal problema apontado por Silvio na sua explanação é a alta carga tributária imposta às OSCs. Ele destaca que essas organizações pagam uma parcela significativa de sua receita em impostos federais, o que, em sua opinião, é injusto quando comparado com as empresas de interesse privado, que pagam proporcionalmente menos em impostos sobre sua receita bruta. Silvio argumenta que essa disparidade na tributação é prejudicial para as OSCs, especialmente para as entidades menores e mais vulneráveis, que podem ser impactadas negativamente pela Reforma Tributária proposta. Portanto, ele enfatiza a importância de buscar uma inclusão na Reforma Tributária que beneficie as organizações do setor, o que requer apoio parlamentar e a elaboração de uma lei complementar. Neste sentido, a Plataforma MROSC, por meio da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Organizações da Sociedade Civil, propõe ao Congresso Nacional a inclusão de um parágrafo 5º ao artigo 174 da Constituição Federal de 1988, conforme o que se segue: “Parágrafo 5º: a União, os Estados e Distrito Federal, e os Municípios apoiarão e estimularão a atuação das Organizações da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, dedicadas à promoção social, superação da pobreza e desigualdades, garantindo incentivos à sua atuação social na concretização dos objetivos fundamentais da República, nos termos do Artigo 3º desta Constituição Federal, não havendo incidência tributária sobre ingressos destinados às suas finalidades”. Ele agradece à Plataforma MROSC por seu papel na articulação com o Ministério da Fazenda e destaca a importância da sociedade civil organizada obter o apoio de parlamentares para defender suas demandas na Reforma Tributária.

Daniel Rech

Daniel Rech destaca a preocupação em relação à Reforma Tributária no contexto das organizações da sociedade civil, cooperativas e associativismo. Ele menciona que, embora haja otimismo por parte do Governo e do Ministério da Fazenda, ele próprio é menos otimista devido à falta de prioridade desse tema no Parlamento. A discussão na Câmara dos Deputados até o momento focou principalmente nas doações para as organizações

sem fins lucrativos. Daniel aponta que as OSCs não devem ser classificadas como “terceiro setor” e reivindica que sejam reconhecidas como o “primeiro setor”. Ele destaca a importância de um tratamento tributário diferenciado para as organizações comprometidas com a promoção do bem social, defesa de direitos, redução das desigualdades e combate à pobreza. Nesse contexto, ele menciona uma proposta de adição à Constituição que busca criar um tratamento tributário favorável para essas organizações e critérios na futura lei complementar para determinar quais entidades serão beneficiadas. O palestrante também expressa preocupações sobre a possibilidade de Estados e Municípios instituírem tributos sobre doações e a necessidade de clareza na legislação, especialmente para as organizações que lidam com recuperação de créditos. Ele enfatiza que as organizações precisam se envolver ativamente na discussão da Reforma Tributária para garantir um ambiente regulatório justo e favorável às atividades sociais desenvolvidas pelas organizações.



Intervenções da Plenária

- **Sérgio**, representante da Plataforma MROSC/DF, levanta uma questão sobre a taxação de heranças. Ele menciona que essa discussão está sendo considerada e pergunta se a Reforma Tributária atual também aborda esse tema.
- O participante expressa preocupação com o debate sobre a Reforma Tributária e a atuação do Governo. Ele questiona como se lida com a contradição entre a retórica de compromisso com os pobres e a dificuldade do Governo em implementar políticas públicas sem a colaboração das OSCs. O autor também menciona a necessidade de dar mais atenção a questões políticas em vez de se concentrar excessivamente em marcos regulatórios e questões fiscais.

- O participante faz um questionamento sobre como as OSCs podem atuar em relação à imunidade que consta na Constituição. Ele também sugere a criação de um fundo de manutenção para as OSCs, citando exemplos de fundos criados por organismos multilaterais e agências de cooperação internacional em outros países. O autor questiona como poderia ser possível ao governo brasileiro criar um fundo para o fortalecimento das OSCs e propõe a ideia de que fundos existentes, como o Fundo Amazônia, possam ser alocados para esse propósito. Ele direciona essas questões à mesa de debates, buscando maneiras de abordar essas questões no texto da legislação.

Devolutivas da Mesa

Cássio França

Cássio discute duas questões relacionadas aos impostos sobre heranças, fundos exclusivos e *offshores* na fase dois da Reforma Tributária. O palestrante destaca que a tributação sobre heranças, apesar de ser um tema importante para combater desigualdades, pode não ter o impacto financeiro desejado. Em contraste, ele argumenta que a tributação de fundos exclusivos e *offshores* pode ter um impacto mais significativo na justiça tributária. Por fim, Cássio ressalta que a tributação de heranças é uma questão simbólica, mas as medidas relacionadas a fundos exclusivos e *offshores* podem ser mais potentes e efetivas em termos tributários.

Silvio Santana

Silvio avalia a divisão da Reforma Tributária no atual Governo em duas etapas: a primeira está focada no consumo e a segunda abordará a tributação sobre patrimônio e renda. A discussão sobre incentivos fiscais e deduções para pessoas físicas que desejam doar é central na segunda etapa, relacionada ao imposto de renda. Silvio ressalta que o Governo demorou a discutir esses assuntos com as organizações da sociedade civil. Ele destaca a luta por uma tributação mais equitativa e justa, incluindo a taxação de retiradas e ganhos de acionistas, que não pagam imposto no Brasil, resultando em uma perda significativa para a receita pública. O palestrante ainda ressalta a necessidade de distribuir a riqueza gerada pelo esforço coletivo e a importância de que a sociedade civil defenda suas posições e trabalhe na criação de fundos, mesmo que o Governo não esteja disposto a fazê-lo, a fim de mobilizar recursos privados, recursos externos e buscar a distribuição eficaz de recursos para causas importantes. Por fim, enfatiza que as OSCs precisam definir claramente seus objetivos e continuar trabalhando para alcançá-los.



Daniel Rech

Daniel defende a necessidade de uma tributação maior sobre heranças, mais alinhada com padrões de países desenvolvidos. Ele também destaca as diferenças entre a visão do Governo, que tende a focar mais em programas assistenciais, e a visão das organizações da sociedade civil, que buscam promover autonomia, igualdade e a superação de desigualdades. O discurso das OSCs concentra-se na promoção da autonomia, enquanto programas assistenciais visam atender às necessidades imediatas das populações vulneráveis. O palestrante mencionou que essas duas perspectivas são desafiadoras, além disso, fala sobre as distinções entre imunidade e isenção fiscal para OSCs, destacando que a maioria delas está no campo da isenção e não da imunidade, o que as coloca em uma posição de subordinação ao Estado.

Silvio Santana

Silvio destaca a importância das Organizações da Sociedade Civil tornarem suas ações mais visíveis e compreensíveis para diversos públicos, incluindo o Governo e a sociedade em geral. Ele enfatiza que a ignorância sobre as atividades das OSCs é tão grande quanto a boa intenção dessas organizações. A transparência é considerada insuficiente, e a visibilidade e a exposição são necessárias para que a sociedade compreenda o trabalho das OSCs, valorize-as e as apoie. Caso contrário, as OSCs podem não alcançar seus objetivos devido à falta de compreensão do público em geral e dos políticos.

Cássio França

Cássio destaca a importância do ativismo para dar visibilidade às OSCs e menciona a campanha “Sociedade Viva”, promovida pelo GIFE e outras organizações, que tem como objetivo ressaltar a importância das OSCs como um patrimônio da sociedade brasileira e incentivar a dinâmica da sociedade civil na América Latina. O palestrante concluiu incentivando a continuação desse ativismo e agradecendo, preparando-se para a próxima atividade na programação.



Plenária de Regionalização da Agenda MROSC

Camila Veiga

Camila Veiga, Coordenadora Executiva e Assessora de Projetos da Elo Ligação e Organização e representante da Elo no Comitê Facilitador da Plataforma MROSC, explicou que esta atividade tem como foco a regionalização da Agenda do Marco Regulatório. Ao longo dos últimos cinco anos, o projeto financiado pela União Europeia permitiu olhar mais de perto as Regiões e suas demandas. Após cinco encontros regionais, a ideia agora é consolidar essas demandas e prioridades para o trabalho nas Regiões. A atividade se concentra na discussão dos desafios regionais e em como priorizar ações. Os/as participantes serão divididos/as por Regiões, e cada uma delas deve refletir sobre três estratégias relacionadas ao ambiente interno da Plataforma MROSC e três relacionadas ao ambiente externo. Os temas relacionados ao ambiente interno incluem a consolidação das Plataformas Estaduais, sustentabilidade financeira, capacitação, comunicação, entre outros. Os temas relacionados ao ambiente externo envolvem parcerias, incidência política, diálogos sobre o Confoco, poder público, e outros. Cada Região tem suas especificidades, e a ideia é priorizar os temas relevantes para suas situações locais. Camila sugeriu que a plenária se reunisse em locais específicos, e membros do Comitê Facilitador podem acompanhar as discussões voluntariamente. O trabalho em grupo será realizado até às 16 horas, com uma pausa para lanche, seguida da apresentação das estratégias discutidas.



Intervenções da Plenária

Região Sul

No contexto de estratégias internas, a Região Sul pretende focar em mapear e mobilizar organizações signatárias que não estão participando ativamente da Plataforma MROSC. Além disso, estão fortalecendo a articulação de mulheres na Região para troca de ideias e apoio mútuo. Um terceiro ponto interno é estabelecer um sistema de intercâmbio regional para compartilhar experiências e boas práticas. Em relação a estratégias externas, a Região Sul planeja revisar decretos municipais e estaduais para criar materiais que possam ser replicados em outros locais. Também estão considerando a implementação de rodas de diálogo com o poder público como uma forma mais flexível de interação para promover a incidência política. Essas estratégias visam fortalecer a Plataforma, ampliando o impacto e a ação em prol dos objetivos comuns.

Região Nordeste

Dentre as estratégias internas, houve um foco na comunicação intensiva com as organizações signatárias e na promoção de ações de formação e intercâmbio entre os Estados. Além disso, destacou-se a liderança política. No que diz respeito às estratégias externas, o grupo considerou a incidência política em várias áreas, visando a isenção de tarifas bancárias e a aplicação de recursos em Estados e Municípios. Também foi mencionada a necessidade de ampliar a Plataforma em outros Estados que ainda não a possuem, como parte do trabalho de sustentabilidade financeira.

■ Região Norte

No contexto interno, enfatizou-se a necessidade de formação contínua entre as OSCs dentro da Plataforma MROSC. Isso incluiu a troca de conhecimentos e experiências entre os Estados, particularmente com o Estado do Acre, que está mais avançado na implementação da Plataforma. Outra estratégia interna destacada foi a questão da atuação em prol das mulheres, reconhecendo a necessidade de um trabalho nas organizações para combater a violência de gênero. No que diz respeito à sustentabilidade financeira, foi mencionada a importância de buscar recursos por meio de editais, emendas parlamentares e outras fontes para manter as ações da Plataforma MROSC. Externamente, as estratégias incluíram a capacitação dos gestores públicos para melhor compreensão e implementação da Plataforma, a criação de conselhos locais (Confocos) e a resolução de questões relacionadas a tarifas bancárias, visando melhorar a gestão dos recursos públicos e a transparência nas ações governamentais. Foi destacado o sucesso da sociedade civil na condução de propostas de decretos relacionados à tarifa bancária, trabalhando em parceria com a Plataforma Nacional.

■ Região Sudeste

Internamente, o grupo destacou a necessidade de criar um planejamento colaborativo para cada Plataforma Estadual, com foco na organização e comunicação interna. Isso envolve a criação de grupos de trabalho temáticos, a organização dos grupos de WhatsApp e o estabelecimento de regras de atuação. A proposta inclui a formação de um grupo gestor composto por representantes dos grupos temáticos. Outra estratégia interna discutida foi a criação de um mapeamento das oportunidades de sustentabilidade, com a elaboração de um projeto modelo replicável em cada Estado. A ideia consiste em utilizar o CNPJ de uma signatária para o projeto, envolvendo a sociedade civil na construção do planejamento coletivo. Externamente, a Região Sudeste propôs a formação de novas signatárias por meio de comunicação e geração de conteúdo para atrair as OSCs. Também mencionou a criação de um fundo que poderia ser estadual ou regional (Sudeste) para financiar parcerias com outras instituições e fortalecer o processo de mobilização. Além disso, o grupo enfatizou a importância de entender as particularidades e o estágio de desenvolvimento de cada Plataforma Estadual e sugeriu que as estratégias considerem o ponto de partida de cada Estado, em vez de reiniciar do zero a cada vez. Também expressou o desejo de compartilhar mais sugestões com a Plataforma Nacional.

■ Região Centro-Oeste

A Região Centro-Oeste está em uma situação diferente das outras Regiões, pois começou uma articulação em 2019 para a Plataforma MROSC envolvendo os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e o Distrito Federal. No entanto, durante a gestão do Governo anterior, o Centro-Oeste teve dificuldades para colocar em prática as discussões feitas em encontros virtuais devido à falta de apoio governamental, que tinha uma política conservadora. Com a mudança de Governo, a Região agora está encontrando mais abertura para suas discussões. Internamente, a Região Centro-Oeste planeja fazer um mapeamento para entender melhor as OSCs em cada Estado e no Distrito Federal. Isso envolverá a identificação das instituições, seus perfis e participação em movimentos. Além disso, está planejando realizar encontros estaduais em cada Estado da Região, começando com Mato Grosso do Sul, em setembro de 2023. Cada encontro estadual debaterá as pautas da Plataforma MROSC relevantes para o Estado em questão. O objetivo é criar uma base sólida de informações e realizar encontros que fortaleçam a Plataforma MROSC na Região Centro-Oeste do Brasil. Além disso, a Região planeja criar comitês facilitadores em cada Estado, aproveitando a abertura do Governo Federal e dos governos estaduais. O grupo também concordou com a importância de apoiar a Reforma Tributária e de lidar com o desafio de fazer com que os governos estaduais compreendam a atuação da sociedade civil. Por fim, a Região Centro-Oeste deseja oferecer formação não apenas internamente, mas também para a sociedade em geral, incluindo novas lideranças e o público universitário, para promover uma compreensão mais ampla do MROSC e fortalecer a atuação da sociedade civil.

■ Marcela Vieira

Marcela elogia a produção e conexão entre as Regiões, destacando a importância da autogestão e do protagonismo na promoção da Agenda MROSC nos Estados. Também convida os/as palestrantes da próxima mesa a compartilharem informações sobre o Manual de Criminalização Burocrática e Atuação das OSCs, realçando à plenária a relevância em compreender este conteúdo.



Mesa III - Lançamento do Manual de Criminalização Burocrática e Atuação das Organizações da Sociedade Civil

Moderadora:

Laís de Figueirêdo Lopes, Consultora Jurídica da Plataforma MROSC

Palestrantes:

Paula Storto, Consultora Jurídica da Plataforma MROSC

Bianca Monteiro, Advogada, representante da Signatária Escola de Dirigentes e contemplada no Fundo OSC no Edital 05/2021 no eixo de Criminalização Burocrática

Daniel Rech, Assessor Jurídico da União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (UNICOPAS) e representante da UNICOPAS no Comitê Facilitador da Plataforma MROSC

Laís de Figueirêdo Lopes

Laís apresenta Paula Storto, Consultora Jurídica da Plataforma MROSC, e Bianca Monteiro, Advogada em Salvador/BA que recebeu uma bolsa e escreveu um projeto sobre Criminalização Burocrática das OSCs. A mesa começará com Paula expondo a síntese do Manual de Criminalização Burocrática das Organizações da Sociedade Civil. A moderadora, então, pretende contextualizar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs (que é um caso de criminalização burocrática). Depois, a palavra será passada para Bianca e, em seguida, para Daniel Rech. Laís incentiva a plenária a ouvir e preparar-se para os próximos momentos de fala.

Paula Storto

Paula Storto tem vasta experiência na defesa de organizações da sociedade civil. É também professora e pesquisadora da área. Em suas pesquisas, ela descobriu que falta a regulação das OSCs, especificamente em relação aos convênios. Atualmente, não há um ministério dedicado a esse setor, o que leva à falta de diretrizes claras e desafios burocráticos para essas organizações. No entanto, são protegidas por direitos constitucionais e têm papel crucial no processo político e no desenvolvimento de políticas públicas. O Manual de Criminalização Burocrática das OSCs, estudo realizado pela Plataforma MROSC e de autoria de Paula Storto e Laís de Figueirêdo Lopes, foca a criminalização burocrática que as organizações da sociedade civil frequentemente enfrentam, resultado do excesso de controle e formalismo dentro da administração pública brasileira. O Manual fornece conteúdo técnico e referências de várias fontes para apoiar as suas conclusões. Para o futuro, a palestrante pretende estabelecer comitês facilitadores em diferentes Regiões do Brasil para tratar dessas questões e promover o diálogo entre organizações da sociedade civil e órgãos governamentais. Na sequência, Paula Storto apresentou a síntese do Manual de Criminalização Burocrática das OSCs (vide Anexo V).

Laís de Figueirêdo Lopes

Laís iniciou sua fala informando que o Power Point apresentado por Paula Storto será encaminhado para o grupo de WhatsApp das signatárias da Plataforma MROSC. Sobre a síntese do Manual, após a publicação do livro, o mesmo será enviado para as signatárias. Em seguida, Laís mencionou que já tinha ocorrido duas tentativas de estabelecer uma CPI sobre as ONGs, mas não foram bem-sucedidas por falta de apoio político. No entanto, com a atual composição do Congresso e eleição do Presidente Lula, a CPI foi instaurada. A CPI não tem um fato específico para investigar e tem um lapso temporal amplo, de mais de vinte anos, que remonta a 2002. Apesar das objeções levantadas sobre a falta de um fato apurado, os/as senadores/as decidiram avançar com a investigação. A CPI realizou doze sessões até agora, com depoimentos sendo colhidos, inclusive de indígenas. A primeira sessão ocorreu no dia 20/06/2023. As sessões costumam ocorrer às terças-feiras, às 11h., mas também ocorrem diligências. A CPI busca trazer elementos

de criminalização das organizações que, até o presente momento, não foram ouvidas, sequer foram chamadas para depor. Existe um prazo final marcado para outubro/2023. Espera-se que, enfim, ela conclua os seus trabalhos e não siga adiante. No entanto, o processo tem sido visto com cautela pelas organizações envolvidas, pois tem o potencial de impactar sua reputação e relacionamentos. É importante manter-se informado/a e acompanhar o processo, principalmente para quem está na Região Norte e pode ter um envolvimento mais direto. A Plataforma MROSC está monitorando de perto a CPI e trabalhando em narrativas para restaurar a confiança pública nas organizações. A intenção não é alimentar o conflito, mas abordar os impactos posteriormente.

Bianca Monteiro

Bianca Monteiro expressa sua alegria em estar ao lado de duas advogadas que admira e conhece há mais de vinte anos. Como advogada do terceiro setor, Bianca reconhece as dificuldades enfrentadas pelas instituições. Ela cita sua experiência trabalhando com a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), destacando os desafios que surgem ao lidar com a burocracia no Brasil. Ela também reconhece a proposta inovadora da legislação, ao mesmo tempo em que tem conhecimento dos anseios e dificuldades enfrentados pelos servidores públicos. Bianca acredita na importância de criar espaços onde as pessoas se sintam empoderadas e autorizadas a fazer a diferença. Discute o complexo sistema jurídico e os riscos que organizações e servidores públicos enfrentam devido à criminalização burocrática. Ela menciona a falta de vontade política, recursos e treinamento adequado como obstáculos para implementar efetivamente leis e regulamentos. Bianca ressalta a necessidade de capacitação e orientação para superar esses desafios, bem como a importância de se adaptar às mudanças de regras e manter a segurança jurídica. Bianca enfatiza a necessidade de debates com as organizações da sociedade civil, visando a criação de consensos. As OSCs variam em termos de orçamento, equipe técnica e estrutura, o que acarreta em desafios na implementação de leis, como a LGPD. A LGPD é descrita como uma questão complexa e técnica que impõe dificuldades para as organizações, especialmente considerando os recursos financeiros necessários para sua implementação. As pessoas precisam estar cientes de como seus dados são utilizados pelas diversas plataformas e as OSCs lidam com dados de usuários, beneficiários e assistidos dos serviços. Bianca destaca, ainda, que a LGPD é complexa e processual, dificultando seu cumprimento por parte das organizações informais. Seu custo de implementação também é caro, pois requer conhecimentos multidisciplinares em áreas como Direito, Tecnologia da Informação (TI) e Segurança da Informação. Bianca sugere que mesmo pequenas organizações precisam mapear seu fluxo de dados e garantir a proteção de dados pessoais. As organizações profissionalizadas devem incluir em seu orçamento a implementação da LGPD. Por fim, a palestrante recomenda a realização de programas de treinamento e conscientização para demonstrar boa-fé no cumprimento da lei.

Laís de Figueirêdo Lopes

A palestrante lembrou que na publicação “Legados” existem QR Codes onde as signatárias podem acessar algumas produções, incluindo uma cartilha sobre a LGPD e sua aplicação.

Daniel Rech

Daniel focou sua palestra na apresentação do Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI). O GAFI foi proposto inicialmente pelo G7, grupo formado pelos sete países mais ricos do mundo, em 1989. Mais tarde, foi fundado pela união de 36 países, tendo como foco principal o desenvolvimento de medidas internacionais (via formulação de recomendações) com vistas à prevenção e repressão da lavagem de dinheiro, do financiamento do terrorismo, do confisco dos lucros do crime e da cooperação internacional nestas matérias. No desenvolvimento das suas atividades, o GAFI observou que tanto o Brasil quanto a América Latina como um todo não têm acompanhado ativamente essas questões, apesar da sua importância. No entanto, a sua definição de “financiamento do terrorismo” continua a ser algo ambígua. Por exemplo, o GAFI levanta suspeitas em relação às OSCs brasileiras, supondo que elas poderiam ser usadas para lavagem de dinheiro e apoio a ações terroristas. A Recomendação nº. 08 do GAFI trata das medidas que os países devem adotar para mitigar o risco de abuso das organizações sem fins lucrativos para atividades de financiamento do terrorismo. Essa suspeita é um princípio inconstitucional, pois contraria a presunção da inocência até que se prove a culpa no ordenamento jurídico. Além disso, as OSCs no Brasil não estão representadas nos órgãos responsáveis por lidar com as recomendações do GAFI, e isso pode resultar em interpretações equivocadas de suas atividades. Daniel ressalta a necessidade de que as organizações tenham a oportunidade de participar das decisões e políticas relacionadas a essas questões para evitar que suas ações sejam indevidamente classificadas como terroristas. Em resposta, foi criada uma coalizão de OSCs no Brasil, iniciada pela Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR) e pela Conectas Direitos Humanos, para melhor acompanhar o trabalho do GAFI. Apesar de alguns desafios (por exemplo, todos os procedimentos do GAFI são conduzidos em inglês) e do envolvimento limitado no processo de avaliação, o Brasil aderiu ao GAFI e está comprometido em promover a transparência e prevenir a lavagem de dinheiro e o apoio ao terrorismo. Finalizando, Daniel destaca ainda a importância da revisão na classificação de “organizações sem fins lucrativos” no Brasil, a fim de estabelecer uma distinção clara entre organizações de natureza social das demais.

Intervenções da Plenária

- O participante questiona a Bianca de que forma as OSCs podem impulsionar a LGPD e fez alusão às instituições de pequeno porte, da zona rural, que muitas vezes não têm o conhecimento da referida lei.
- O participante elogia Paula pela apresentação e aborda a questão da criminalização burocrática às OSCs, especialmente àquelas que firmaram parcerias federais que ainda estão em análise. Pergunta sobre como isso pode representar riscos para as organizações que aguardam o resultado dessa análise.
- O participante destaca uma preocupação sobre a falta de discussão em relação à lei trabalhista e seu impacto nas organizações sociais. Destaca que a lei trabalhista afeta as organizações, independentemente de seu tamanho ou recursos disponíveis, e pede que os/as advogados/as presentes possam contribuir com essa discussão.
- Há uma dúvida sobre o registro de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e o participante solicita que a Paula esclareça se esse registro tem algum valor ou utilidade.
- O participante questiona qual o prazo de validade ou o tempo necessário para guardar a documentação de convênio firmado entre as OSCs e as esferas públicas municipais, estaduais e federal.

Devolutivas da Mesa

Paula Storto

Paula responde a vários questionamentos realizados pela plenária. Sua primeira colocação enfatiza que o prazo de prestação de contas varia de norma para norma, mas há um dispositivo constitucional que declara que o dano do desvio de recursos públicos é imprescritível, mas só quando há má fé. Além disso, existe uma resolução recente, de 2022, do Tribunal de Contas da União (TCU), que estabelece um prazo de dez anos para a prescrição da prestação de contas, a menos que haja comprovação de má fé. Também é mencionada a importância de lutar contra um excesso de formalismo e burocracia no tratamento dado às organizações da sociedade civil. O foco da prestação de contas deve estar no objeto do contrato, e não na exigência de documentos excessivos. Outro ponto levantado é o tema da criminalização burocrática e as dificuldades enfrentadas pelos servidores públicos. O texto destaca que, mesmo em casos de prestação de contas que ocorreram há muito tempo, é importante preservar a documentação e conhecer as resoluções do TCU que estabelecem prazos de prescrição.

Bianca Monteiro

Bianca fala sobre a importância de direcionar a comunicação e o discurso de acordo com o público-alvo. Para as organizações, especialmente àquelas localizadas em áreas rurais ou pequenas, enfatiza-se uma perspectiva de cidadania, em vez de apenas considerar os recursos públicos como ferramentas. O recurso público é visto como um meio para alcançar um fim específico, e a comunicação deve visar o empoderamento da cidadania. Sua resposta ainda destaca a necessidade de abordar a LGPD de uma maneira mais ampla. Em um mundo cada vez mais online e com o uso de dados para golpes e transações financeiras (como o PIX), a LGPD deve ser apresentada de forma atrativa, não apenas como uma questão técnica. Bianca reforça a importância de profissionais especializados em áreas como direito e contabilidade e ressalta que um breve curso de final de semana não é suficiente para compreender esses assuntos complexos. Para uma compreensão mais profunda, é essencial contar com profissionais que dedicaram anos de estudo a essas áreas.

Daniel Rech

Daniel Rech expõe sua opinião pessoal sobre a legislação trabalhista. Ele acredita que a legislação trabalhista atual atrasou o movimento social em pelo menos duzentos anos, argumentando que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) possui influências escravocratas, em que os/as empregadores/as têm um grande poder sobre os/as empregados/as. Ele sugere que seria ideal melhorar a legislação para fortalecer a autonomia dos/das trabalhadores/as, mas reconhece que fazer mudanças nesse momento poderia piorar a situação. No entanto, ele ressalta a necessidade de reinventar os sindicatos, pois a CLT tornou o papel deles mais difícil. Em resumo, Daniel destaca uma vitória na alegação de prescrição intercorrente em uma prestação de contas firmada entre OSCs e esfera pública e compartilha sua visão crítica sobre a CLT, enfatizando a necessidade de buscar a autonomia dos/das trabalhadores/as, embora reconheça os desafios de fazer mudanças significativas na legislação trabalhista atual.

Laís de Figueirêdo Lopes

A moderadora expressou gratidão a todos/as os/as participantes da mesa e da plenária, destacou a importância do trabalho realizado na elaboração do Manual de Criminalização Burocrática e Atuação das OSCs e mencionou a vontade de aprofundar o conhecimento na temática em questão. Ela agradece a liderança da Paula Storto na apresentação da síntese e destaca o trabalho de Daniel Peregrini na construção e documentação dos casos. Por fim, menciona que todos/as estão convidados/as para uma foto em grupo.



(manhã)

Moderadora:

Palestrantes

Denise Verdade, Gestora de Projetos - Seção de Cooperação da Delegação da União Europeia no Brasil.

Marcela Vieira

Marcela cumprimenta os/as participantes e expressa votos de felicidade pelo mês de setembro. Ela pergunta à plenária se voluntários/as podem resumir o que foi discutido no dia anterior, a fim de atualizar aqueles/as que podem ter perdido a reunião.

Voluntária

Ontem ocorreu um momento especial na reunião, onde foram discutidos tópicos como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a criminalização burocrática das OSCs. Além disso, houve discussões em grupos, onde cada Região apresentou suas três principais pautas relacionadas ao MROSC, tanto internas quanto externas. Foram iniciados diálogos sobre as Plataformas Estaduais e a sustentabilidade delas, o que foi essencial para pensar em estratégias futuras. Foi mencionada a importância de buscar editais para mobilizar recursos e apoio financeiro para projetos das Plataformas e signatárias presentes.

Voluntário

Ontem foi um dia muito importante, pois foi apresentado um apanhado histórico da Plataforma MROSC. Foi realizado um processo de integração, o que foi ótimo para as propostas lançadas e para fortalecer a atuação das signatárias presentes em redes de trabalho e atividades conjuntas. As signatárias da Plataforma MROSC estão avançando cada vez mais, e o dia de ontem foi muito especial nesse sentido.

Marcela Vieira

Feito o resgate, faz-se necessário seguir com a programação de forma intensa. Marcela convidou para a mesa as Sras. Eliana Rolenberg e Denise Verdade para avaliarem o encerramento do projeto da Plataforma MROSC.

Eliana Rolenberg

Eliana reconheceu que o apoio financeiro dado pela União Europeia (UE) foi fundamental para impulsionar a Plataforma MROSC. Com o auxílio da UE, várias OSCs aderiram à Plataforma, ultrapassando dois mil o número de signatárias. Também pôde-se realizar encontros importantes, como o da Bahia, que reuniu e apresentou diversas iniciativas. Além disso, conseguiu-se influenciar o cenário político, apoiando candidaturas em vários Estados, desde governadores/as até parlamentares. Agora, tem-se vivido um momento de reconstrução no Brasil, onde luta-se para recuperar conquistas perdidas e avançar ainda mais. Há documentos, vídeos e artigos que registram todo esse processo, o que é crucial para manter viva a história de sucesso da Plataforma MROSC. Eliana agradece o apoio da União Europeia e afirma que a Plataforma continuará a avançar em seu trabalho.

Denise Verdade

Denise agradece o convite e destaca a importância do projeto da Plataforma MROSC, que fortaleceu as OSCs no Brasil. Ela menciona o apoio da União Europeia ao fortalecimento das capacidades das organizações e à promoção de um ambiente favorável para a atuação da sociedade civil. Também enfatiza a necessidade de sustentabilidade dos projetos apoiados pela União Europeia e encoraja a continuidade desse trabalho. Além disso, Denise ressalta o compromisso da União Europeia com o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030 e a importância de incluir essas metas nos projetos apoiados. Agradece novamente e deseja a todos um excelente último dia de encontro.

Candice Araújo

Candice Araújo, representante no Comitê Facilitador da Plataforma MROSC e Assessora da Elo Ligação e Organização, agradece à União Europeia por se preocupar com o fortalecimento das OSCs brasileiras e destaca a importância das subvenções para as organizações que potencializou a ampliação de 20 projetos para 95 projetos apoiados em território brasileiro. Ainda, a mesma enfatiza a importância da rede nesse processo e agradece por tudo.

Denise Verdade

Denise finaliza sua participação informando que, a partir de setembro, nove novos projetos serão iniciados, e destaca que, nestes projetos, 20% a 30% do orçamento será destinado a subvenções. Encoraja a plenária a ficar atenta aos editais de subvenção que serão lançados por essas organizações e a participar como parceira dos outros projetos.

Proposta para o Futuro: Debate sobre Prioridades para o Próximo Período da Plataforma MROSC

Candice Araújo

Candice Araújo, Assessora da Elo Ligação e Organização e representante da ELO no Comitê Facilitador da Plataforma MROSC, iniciou o debate apresentando um Powerpoint sobre o funcionamento e a composição do Comitê Facilitador da Plataforma (vide Anexo VI deste relatório). Essa instância tem um papel essencial na governança da Plataforma que, atualmente, integra mais de duas mil organizações signatárias por todo o Brasil. Candice informa à plenária que a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) não mais integrará o Comitê Facilitador da Plataforma MROSC e pede à Eliana Rolemberg que contextualize os motivos institucionais desta decisão.

Eliana Rolemberg

Eliana faz uma retrospectiva dos encontros anteriores da Plataforma MROSC e como cada um deles teve um contexto específico. Ela mencionou um evento em Brasília, marcado pelo *impeachment* da Presidenta Dilma, e como a Plataforma passou a focar mais nas Regiões e Estados após esse evento. Ela também destaca a importância das Plataformas Estaduais, mencionando a do Acre como uma nova adição. Eliana citou conquistas importantes da Plataforma, como a recuperação da política de participação social, questões tributárias e a presença das OSCs na Secretaria-Geral da Presidência da República. Eliana finaliza explicando o papel da CESE no Comitê Facilitador da Plataforma MROSC, afirmando que a organização não pode continuar com a mesma responsabilidade de antes, mas ainda contribuirá para o fortalecimento da Plataforma.

Intervenções da Plenária

- Há uma dúvida sobre a participação da Eliana no Comitê Facilitador da Plataforma MROSC após a saída da CESE. A indagação é se Eliana poderia continuar representando o Comitê Facilitador por meio de outra organização após a saída da CESE.
- O participante expressa gratidão à Eliana por sua contribuição e papel fundamental na articulação política da Plataforma MROSC. Ele destaca que a contribuição de Eliana foi essencial para o desenvolvimento da Plataforma no Acre e na Região Norte.
- Outro participante agradece a Eliana por sua contribuição significativa na manutenção da representação do segmento LGBTQIA+ na Plataforma MROSC e comenta que a persistência de Eliana desempenhou um papel crucial em sua decisão de não desistir da participação nesse espaço. Ele expressa gratidão pela influência positiva de Eliana na ampliação da representação desse segmento em outros Estados.

Eliana Rolemberg

Eliana expressa sua disposição em continuar participando das atividades da Plataforma MROSC, especialmente em nível estadual, mas não mais deseja representar oficialmente a Plataforma. Ela agradece a oportunidade de aprendizado e destaca a importância da boa prática desenvolvida no Acre como um exemplo a ser divulgado. Ela também valoriza a diversidade de representações e expressa gratidão pelo trabalho conjunto do Comitê Facilitador, enfatizando a importância da solidariedade nesse contexto.

■ Candice Araújo

Candice avisa que, neste momento, a plenária será dividida em cinco grupos para realizar uma atividade de reflexão e indicação de estratégias relacionadas ao ambiente interno da Plataforma MROSC (especialmente à governança), bem como ao ambiente externo da Plataforma. A atividade visa alinhar estratégias a nível nacional e abordar a recomposição do Comitê Facilitador após a retirada da CESE, além de discutir a estrutura de governança da Plataforma e prioridades no contexto atual. O retorno ao coletivo para apresentação das estratégias será feito após o lanche. Finalizado o intervalo, os/as participantes se reúnem para alinhar a estratégia nacional da Plataforma, priorizando as estratégias relacionadas ao ambiente externo. A discussão sobre estratégias relacionadas ao ambiente interno será retomada à tarde, pós almoço. O Grupo 2 se voluntariou para iniciar a discussão:

■ Grupo 2

Três tópicos foram destacados. Primeiro, a importância da criação e fortalecimento das Plataformas Estaduais. Em segundo lugar, a preocupação com a sustentabilidade financeira da Plataforma Nacional, buscando viabilizar recursos para manter o trabalho em andamento. Em terceiro lugar, a priorização da pauta da Reforma Tributária, com a intenção de obter apoio de uma Frente Parlamentar Mista, buscando simplificar e tornar mais acessível o processo de obtenção de imunidade fiscal para as OSCs, eliminando a necessidade de títulos e certificações dispendiosas e burocráticas. Também foi mencionado o desafio enfrentado por algumas OSCs que não podem pagar por serviços de assessoria para obter a certificação.

■ Grupo 4

O grupo discutiu várias orientações técnicas para a atuação do Confoco Nacional na Plataforma MROSC. Ele enfatizou a importância de estabelecer pautas de governança como prioridade, incluindo a criação de um manual de boas práticas e um planejamento estratégico participativo para orientar a Plataforma. Além disso, destacou a necessidade de uma comunicação mais eficaz, tanto interna quanto externa, bem como recursos para as Plataformas Regionais e uma estrutura operacional sólida. Ele também menciona a importância de entender a identidade da Plataforma e como representar uma ampla variedade de entidades da sociedade civil. Enfatizou a necessidade de orientação no uso das ferramentas do Marco Regulatório para lidar com desafios técnicos e interpretações da lei. O grupo também discutiu a importância de tornar as orientações do MROSC mais didáticas e acessíveis para os movimentos sociais. Ele reconhece que o conceito de “terceiro setor” não é ideal para essa construção e que é necessário repensar o perfil das entidades que participam do Comitê Facilitador. Houve uma reflexão sobre a importância de substituir o termo “dinheiro” por “recurso” e a necessidade de considerar não apenas o recurso financeiro, mas também o humano e estrutural para o trabalho.

O grupo mencionou a importância de aproveitar oportunidades para consultorias e conhecimento especializado que muitas organizações não têm acesso devido a restrições financeiras. Por fim, o grupo destaca a necessidade de determinar como essas oportunidades podem ser compartilhadas entre as organizações.

■ Grupo 3

O Grupo 3 destacou quatro propostas internas e externas importantes para a continuidade das Plataformas Estaduais. As propostas incluem: 1) a diversificação das fontes de financiamento; 2) o fortalecimento da articulação das mulheres; 3) o aprimoramento do planejamento e gestão da comunicação interna; 4) e a melhoria da articulação entre as instâncias da Plataforma MROSC. A título de complemento, o Grupo 3 destacou a importância da diversificação das fontes de financiamento da Plataforma via criação um grupo dedicado a buscar inovações nesse sentido. Também enfatizou a necessidade de ampliar o Comitê Facilitador para incluir representantes de cada Região e permitir a participação de pequenas instituições signatárias. Além disso, abordou a importância de fortalecer a articulação entre as instâncias da Plataforma para garantir que as ações das regionais e estaduais reflitam a nível nacional e vice-versa.

■ Grupo 1

O grupo destacou a importância da articulação com o Governo Federal para fortalecer as políticas relacionadas ao MROSC e discutiu a necessidade de sustentabilidade da Plataforma MROSC, incluindo: a diversificação das fontes de financiamento; a criação de um fundo; e a internalização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas práticas da Plataforma. Além disso, enfatizou a importância de promover a formação e informação sobre a Agenda 2030 e garantir que ninguém seja deixado para trás na busca por políticas públicas inclusivas.

■ Grupo 5

O Grupo 5 realizou uma “tempestade de ideias” e chegou a conclusões semelhantes às dos outros grupos. Ele propôs:

1. Fortalecer as articulações estaduais e regionais para garantir autonomia e fortalecimento das bases internas das organizações.
2. Abordar a questão da sustentabilidade financeira das organizações, com foco na obtenção de recursos para o Comitê Facilitador.
3. Revisar o conceito de OSC, a fim de melhor comunicar seu propósito e evitar associações negativas.
4. Viabilizar a atuação do Comitê Facilitador, estabelecendo relações com o Governo, parlamentares e o executivo.

5. Buscar financiamento direto como parte dos esforços para garantir a sustentabilidade financeira das organizações da Plataforma MROSC.
6. Melhorar a transparência em relação a editais e portarias, tornando-as acessíveis às organizações e marcando o orçamento público de forma clara para facilitar o acesso aos recursos.

■ Daniel Rech

Segue, abaixo, a sistematização de Daniel Rech das sugestões trazidas pelos grupos, aglutinando-as em blocos de prioridade. Ele enfatizou que o foco central é o desenvolvimento sustentável, com inclusão dos direitos humanos e da defesa da Democracia. O resumo apresentou as cinco principais prioridades externas:

- **Relação com o Governo e o Estado:** fortalecer a articulação com o Governo; aumentar a influência nas estruturas governamentais e no Parlamento; ampliar o diálogo e a presença, visando à disponibilização de recursos para as OSCs e para a Plataforma MROSC. Também destacou a importância de interferir no orçamento (na Lei das Diretrizes Orçamentárias).
- **Participação nas Políticas Públicas:** reivindicar espaços na definição das políticas públicas, reconhecendo o papel importante das OSCs na realidade brasileira.
- **Formação e Informação:** fornecer formação, informações e instrumentalização às OSCs para acessar recursos locais, editais e parcerias nos níveis federal, estaduais e municipais.
- **Classificação Específica das Organizações:** buscar uma classificação específica para as organizações com atuação social, a fim de afirmar seu papel, identidade e participação na Democracia, direitos humanos e cidadania, possivelmente envolvendo alterações legais e constitucionais.
- **Reforma Tributária:** inserir propostas nas discussões sobre a Reforma Tributária, incluindo revisões na imunidade tributária para beneficiar organizações com um importante papel social.

Daniel informou que as prioridades internas serão discutidas no turno da tarde.

■ Candice Araújo

Candice não integrou nenhum grupo, mas fez uma sugestão. Ele ressaltou a importância do Confoco e sugeriu que a plenária retomasse isso como uma prioridade. Ela mencionou a recente institucionalização do Confoco Nacional por meio de um decreto e a importância de reconhecer o protagonismo da Plataforma MROSC nesse espaço. A sugestão incluiu a ideia de ter um/uma representante da Plataforma ocupando um espaço dentro do Confoco Nacional.



**01 de setembro de 2023
(tarde)**

Intervenção Cultural

Momento conduzido pelo artista Máximo Mansur (voz e violão).

Proposta para o Futuro: Debate sobre as Prioridades para o Próximo Período da Plataforma MROSC (conclusão)

Daniel Rech

Daniel enumera sugestões e prioridades relacionadas às questões internas da Plataforma MROSC, tais como: estrutura, financiamento e governança. As sugestões internas incluem:

1. O fortalecimento das Plataformas Estaduais e a implementação delas em Estados que ainda não as têm.
2. A exploração de mecanismos de articulação entre as Plataformas Estaduais.
3. A busca por recursos para sustentar a atuação da Plataforma, incluindo a possibilidade de contribuições das signatárias, diversificação das fontes de financiamento e acesso a fundos internacionais.
4. A criação de um fundo para apoiar financeiramente organizações mais frágeis.
5. A revisão da estrutura de poder e institucionalização da Plataforma, com sugestões de ampliar a participação dos Estados no Comitê Facilitador, criar um Comitê Geral com a participação dos Estados, considerar a institucionalização jurídica da Plataforma e refletir sobre a criação de representações regionais.

Indicação de Nova Organização para Composição do Comitê Facilitador da Plataforma MROSC

Henrique Botelho Frota

Henrique Botelho Frota discute as prioridades políticas da Plataforma MROSC. Segundo Henrique, a sustentabilidade financeira é uma questão crítica que precisa ser abordada para garantir a continuidade das atividades da Plataforma. Nesse contexto, as signatárias expressaram sua preocupação com a dependência de projetos e financiamentos externos, como o projeto firmado com a União Europeia, que até o presente momento é uma fonte vital de financiamento. Com a proximidade da sua conclusão, as organizações reconhecem a necessidade premente de encontrar fontes de financiamento alternativas para manter a Plataforma MROSC em funcionamento. Essa preocupação se estende não apenas à esfera nacional, mas também às Plataformas Estaduais que compõem a Rede. As signatárias desejam garantir não apenas a continuidade das atividades nacionais da Plataforma, mas também a capacidade de sustentar as atividades nos Estados e territórios. Isso envolve questões de autonomia e capacidade de mobilização em nível local, o que é fundamental para a eficácia da Plataforma. A busca por sustentabilidade financeira inclui explorar diferentes alternativas, como a criação de fundos, a possibilidade de recorrer a recursos públicos ou privados e a necessidade de lidar com questões estruturais, como gestão, transparência e compliance.



Por outro lado, Henrique também menciona a necessidade de repensar a governança da Plataforma MROSC, devido ao crescimento e às novas demandas que surgiram ao longo dos anos. Ele propõe a criação de um grupo de trabalho diversificado, que não seja composto apenas pelo Comitê Facilitador, para discutir e amadurecer estas questões. O objetivo é sair deste encontro nacional com um encaminhamento claro para repensar a estrutura de governança da Plataforma MROSC. A título de esclarecimento, Henrique destaca que os membros do Comitê Facilitador não recebem remuneração para atuar neste espaço e, muitas vezes, arcam com suas próprias despesas para participar das atividades da Plataforma. Henrique enfatiza a importância da Plataforma para permitir o diálogo e a colaboração entre as OSCs. Também menciona que a Plataforma conta com uma equipe profissional remunerada para lidar com questões operacionais, como comunicação e suporte jurídico. Henrique expressa preocupação com a possibilidade da eleição de um novo Comitê Facilitador gerar desagregação na Plataforma MROSC e sugere que o grupo de trabalho seja formado para amadurecer propostas de governança, incluindo a possível revisão de critérios de participação. Henrique enfatiza que a Plataforma MROSC é aberta a mudanças e que a destituição do Comitê Facilitador é uma possibilidade caso seja deliberada pela plenária. Henrique aproveita a oportunidade para explicar quem pode ser signatária da Plataforma MROSC. A adesão não se limita apenas a organizações institucionalizadas com CNPJ, estatuto, etc. Movimentos sociais, coletivos, fóruns, redes e articulações de organizações da sociedade civil também podem ser signatárias. No entanto, a adesão deve estar alinhada com os cinco princípios da Plataforma.

Intervenções da Plenária

Daniel Rech

Daniel Rech rememorou duas experiências recentes com grupos de trabalho (GTs) na Plataforma MROSC. O primeiro GT, chamado GT de Incidência, tinha como objetivo atuar no âmbito do Estado, principalmente no Parlamento, e contava com uma pessoa contratada, Melissa, financiada pelo projeto da União Europeia. Este GT também colaborou com a Frente Parlamentar Mista em Defesa das Organizações da Sociedade Civil. No entanto, devido a mudanças nas condições, incluindo a falta de uma pessoa disponível e dificuldades na reconstituição da Frente Parlamentar Mista, essa experiência enfrentou dificuldades. O segundo GT, relacionado à Reforma Tributária, enfrentou desafios semelhantes. Embora tenha progredido de forma interessante, as atribuições acabaram sendo transferidas para o Comitê Facilitador, o que dificultou o funcionamento eficaz do GT. O Comitê Facilitador tornou-se o responsável por encaminhar os debates e propostas no Parlamento em relação a esse tema. Em resumo: as coisas nem sempre funcionam automaticamente e vários fatores podem influenciar os resultados dos GTs e o encaminhamento de questões na Plataforma MROSC.

Silvio Santana

Silvio enfatiza a importância da participação direta das organizações signatárias na Plataforma MROSC, destacando que o princípio da participação é fundamental. Ele critica a ideia de representação, afirmando que cada organização tem sua própria opinião e compreensão dos assuntos, e a criação de representantes pode gerar uma perda a individualidade das organizações, já que alguém fala em nome de outros. O participante sugere que a Plataforma deve permitir que cada organização opine diretamente sobre os assuntos, usando os recursos tecnológicos disponíveis. Ele acredita que isso possibilitaria uma democracia direta e um maior envolvimento das organizações nas decisões. Ele faz um apelo para que o grupo de trabalho seja comprometido e ativo, enfatizando a seriedade do assunto e a necessidade de estudo, debate e participação ativa de todas as organizações na construção do futuro da Plataforma.

Aline Braúna

A participante sugere que, em vez de criar representantes individuais, a plenária deve formar um GT específico para abordar questões de gênero, chamado de “GT de Mulheres”. Ela menciona que essa proposta já foi discutida em encontros anteriores, incluindo os Encontros de Mulheres, e acredita que é importante fortalecer a presença das mulheres na Plataforma MROSC. Além disso, ela também menciona a criação de outros GTs, como o “GT de Trabalho”, onde Silvio Santana já tinha se candidatado para representar essa área.

■ Professora Neide

A participante destaca a importância da unidade dentro do grupo e enfatiza que, neste momento, é crucial não criar divisões. Ela menciona a diversidade de origens geográficas e culturais dos/das participantes e enfatiza que todos/as devem se unir em prol de objetivos comuns. Ela destaca que é essencial aprender e se informar sobre diferentes perspectivas e questões, a fim de evitar divisões desnecessárias. Por fim, a Professora Neide ressalta a importância de manter a unidade e o foco nos objetivos compartilhados.

■ Eliana Rolemberg

Eliana destaca a importância da Democracia e da ampla participação na Plataforma. Ele menciona que o grupo que está sendo formado pode permitir que um número maior de signatárias participe e opine sobre questões importantes. Ele enfatiza a necessidade de democratizar o processo de tomada de decisões e dar voz a um número mais amplo de organizações signatárias.

■ Valquíria Lima

Valquíria, representando a Coordenação Colegiada da Cáritas Brasileira, ressalta a importância da plenária para refletir sobre a governança e fortalecimento da Plataforma MROSC. Ela enfatiza que a Plataforma já tem uma história significativa e que chegou até este ponto graças ao apoio e à colaboração de muitas organizações ao longo dos anos. Ela destaca a necessidade de lembrar sua trajetória e como ela se fortaleceu nos últimos cinco anos com o apoio da União Europeia. Valquíria também aponta que, embora a Plataforma MROSC tenha alcançado muitos avanços, agora enfrentará desafios, como a redução do suporte em áreas como comunicação e assessoria. No entanto, ela enfatiza a importância da corresponsabilidade e do esforço contínuo para resistir, manter o debate vivo e continuar a incidência política, especialmente em meio a lutas maiores. Por fim, Valquíria convida mais pessoas a se juntarem a esse esforço de colaboração e corresponsabilidade.

Encaminhamentos da Plenária

Foi aprovada pela plenária a criação do “GT de Mulheres” da Plataforma MROSC. Para assegurar a representatividade e inclusão, o GT contará com uma representante de cada Região do país e uma mulher trans.

GT de Mulheres da Plataforma MROSC



Nordeste: Aline Braúna - União Comunitária de Desenvolvimento de Freixeiras. @ucdfdeparacuru

Centro Oeste: Mônica Barbosa Macedo - Instituto Moinho Cultural Sul-Americano. @moinho_cultural

Sudeste: Milena da Costa Franceschinelli - Rede Brasileira de Conselhos

Sul: Cibeles Kuss - Fundação Luterana de Diaconia - FLD. @fld_act

Norte: Roselene Maria de Lima - Associação de Mulheres Negras do Acre. @roselenemaria.lima

LGBTQIA+: Maria José dos Santos - Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade. GOLD @associacaogold

Apoio: Márcia Santana de Sousa - Rizoma Conexões Sistêmicas

Fonte: acervo da Plataforma MROSC

O GT de Mulheres da Plataforma MROSC atuará no reconhecimento e defesa dos direitos econômicos, sociais e políticos das mulheres que fazem parte das Organizações Signatárias da Plataforma, monitorando ações de discriminação e violação de direitos das mulheres. Fortalecerá a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão e atuará no enfrentamento e combate à violência contra a mulher, promovendo o debate sobre políticas públicas.

Também foi aprovada pela plenária a criação do “GT de Governança” da Plataforma MROSC, formado por Silvio Santana e dois representantes de cada Região do país, sendo um homem e uma mulher (ao todo, onze pessoas).

GT de Governança da Plataforma MROSC



Da esquerda para a direita: Ulla Ribeiro, Cláudio Monteiro, Ênio Rosa, Erika Regina, Álvaro Mendes, Ana Patrícia, Silvio Santana, Rosa Maria Morceli, Sérgio de Cássio, Márcia Santana e Osmar Araújo

Fonte: acervo da Plataforma MROSC

Este grupo de trabalho foi criado com o objetivo de amadurecer propostas de governança da Plataforma MROSC, incluindo a possível revisão de critérios de participação na Plataforma.

O Comitê Facilitador fornecerá todo o suporte necessário a este GT e o ajudará a estabelecer um plano de trabalho com prazos definidos.

Estes encaminhamentos não anulam as prioridades da Plataforma MROSC, elencadas pela plenária ao longo deste evento.

Encerramento do XI Encontro Nacional Signatárias da Plataforma MROSC

Marina Santana Oliveira de Sá

Estando presente na plenária, a Sr^a. Marina Santana Oliveira de Sá, Assessora Parlamentar do Deputado Federal Reimont Luiz Otoni (PT/RJ), informou que o Deputado Reimont se prontificou a assumir a coordenação da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Organizações da Sociedade Civil.

OBSERVAÇÃO

A supracitada Frente Parlamentar Mista ainda não foi formada, sendo prevista a sua criação para outubro/2023, a partir das articulações políticas que serão feitas pela Plataforma MROSC.

Marcela Vieira

Na sua fala de encerramento, Marcela Vieira elenca vários pontos importantes, dentre eles: agradece aos/às colegas de trabalho e à Cáritas Brasileira pela oportunidade dada de coordenar o MROSC; destaca a responsabilidade em substituir Igor Férrer na Plataforma MROSC e o papel do Igor na transição; ressalta a importância da igualdade de gênero e a participação das mulheres no contexto do MROSC; expressa gratidão à Eliana Rolemberg por seu compromisso e serenidade; e agradece em nome dos movimentos sociais e das mulheres signatárias da Plataforma MROSC.

Eliana Rolemberg

Eliana expressou sua gratidão e reconhecimento a várias pessoas e equipes envolvidas na Plataforma MROSC. Destacaram-se os seguintes pontos:

1. Agradecimento ao Comitê Facilitador e aos/às colegas por sua colaboração e envolvimento no projeto, mesmo durante desentendimentos construtivos.
2. Agradecimento especial às Consultoras Jurídicas Paula Storto e Laís de Figueirêdo Lopes, por seu apoio no projeto, bem como por sua contribuição em questões estaduais e apoio ao Acre.
3. Reconhecimento à Marcela Vieira e à equipe da Abong por sua valiosa contribuição e conhecimento em Economia Solidária.



4. Elogios às pessoas envolvidas no projeto, incluindo Nívea Martins, Angélica Tomassini e Vitória Mesquita, e reconhecimento do aprendizado mútuo.
5. Compromisso de continuar colaborando e apoiando no encerramento do projeto, reconhecendo os desafios que podem surgir.

Angélica Tomassini

Angélica, Assessora de Comunicação da Elo Ligação e Organização, expressa sua gratidão por todo apoio, confiança e aprendizado que recebeu ao longo do projeto. Destacam-se os seguintes pontos do seu pronunciamento:

1. Agradecimento à Plataforma MROSC por receber a Elo com boas-vindas e confiança, proporcionando oportunidades de aprendizado e colaboração.
2. Reconhecimento das diversas lutas e pautas de cada organização presente, independentemente de seu tamanho ou enfoque específico.
3. Agradecimento especial às Consultoras Jurídicas Paula Storto e Laís de Figueirêdo Lopes pelo apoio dedicado, bem como à equipe da Elo, que se sentiu acolhida e bem recebida.
4. Gratidão ao ex-coordenador Igor Ferrer e à Eliana Rolemberg pelo carinho, empatia e inspiração que proporcionaram.

Na sequência, foi franqueada a palavra, nesta ordem, para Paula Storto, Laís de Figueirêdo Lopes, Vitória Mesquita e Nívea Martins, onde todas manifestaram sua gratidão por terem participado da história da Plataforma MROSC.

Em seguida, a plenária homenageou Eliana Rolemberg, da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) e representante da CESE no Comitê Facilitador da Plataforma MROSC.



Eliana Rolemberg

Fonte: acervo da Plataforma MROSC

Por fim, Marcela Vieira convidou a plenária a ecoar a seguinte frase de efeito:

“Nada pra nós sem nós”.

Anexo I

PLATAFORMA MROSC

UMA VOZ ATIVA NA DEFESA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Por Eliana Rolemberg



Download Apresentação

Anexo 2

AGENDA MROSC

Contexto e Ações Prioritárias

Por Igor Férrer



Download Apresentação

Anexo 3

AGENDA MROSC

Conselho de Fomento e Colaboração - Confoco

Por Aldiza Soares



Download Apresentação

Anexo 4

AGENDA MROSC

Conselho de Fomento e Colaboração - Confoco

Por Silvio Santana

Entre 2000 e 2020 a carga tributária incidente sobre as entidades passou de 8% da receita para 10,5%. Aumento Equivalente a R\$ 6,6 bilhões

Estados	2010	2012
• Isentas	14,7	15,3
• Imunes	9,2	5,7
• Ambas	11,1	8,1
Empresas		
1-Lucro Real	6,3	7,3
2-Lucro Presumido	8,6	8,9
3-SIMPLES	9,5	9,7
4-SIMPLES-MEI	1,9	2,1

REFORMA TRIBUTÁRIA
SILVIO SANT'ANA

Parágrafo 5º
A União, os Estados e Distrito Federal, e os municípios apoiarão e as organizações da Sociedade Civil, sem fins promoção social, superação da pobreza e do incentivo à sua atuação social na dos fundamentais da República, nos termos tuição Federal, não havendo incidência s destinados às suas finalidades".

2020+ Pagamentos por tipo de Tributo ou Con Todas as DARF Guías Previdência

OSC	Bilhões R\$	% Receita	Bilhões R\$	% Receita
Imunes	7,4	3,7	8,8	4,4
Isentas	10,6	9,2	6,2	5,4
Total	18,0	5,7	15,0	4,7

Tributação Global

OSC	Total Federal	Estados e Municípios				
Bilhões R\$	% Receita	Bilhões R\$	% Receita			
Imunes	16,2	8,1	8,6	4,4	34,6	12,2
Isentas	15,8	14,6	4,2	3,7	21,0	18,2
Total	33,0	10,4	13,0	4,2	45,6	15,4

2020

do	14,6
	10,9
	8,5
	7,7
	5,9
• SIMPLES - MEI	2,1



Download Apresentação

Anexo 5

SÍNTESE DO RELATÓRIO DE CRIMINALIZAÇÃOBUROCRÁTICA DASORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Por Paula Storto e Laís de Figueirêdo Lopes



Download Apresentação

Anexo 6

PLATAFORMA MROSC

E A COMPOSIÇÃO DO SEU COMITÊ FACILITADOR

Por Candice Araújo



**PLATAFORMA MROSC
E A COMPOSIÇÃO DO SEU
COMITÊ FACILITADOR**

XI ENCONTRO NACIONAL
01 DE SETEMBRO DE 2023

ENCONTRO NACIONAL DE SIGNATÁRIAS

COMITE FACILITADOR DA PLATAFORMA MROSC

O ENCONTRO NACIONAL DE SIGNATÁRIAS (ENS) É

- a instância máxima de poder e autoridade para a tomada de decisões estratégicas;
- a instância máxima de deliberação das signatárias da Plataforma e funciona como uma assembleia geral;
- mobiliza todas as organizações signatárias de sua Carta de Princípios a deliberar sobre orientações estratégicas, organização interna e estrutura de governança;
- convocado pelo Comitê Facilitador (CF) e operacionalizado pela Secretaria Operativa (SO);
- acontece ao menos uma vez ao ano, tendo como quórum mínimo a participação de 50 organizações signatárias e a presença de todas as regiões do país;
- visa proporcionar espaço oportuno de reflexão estratégica e deliberação política ao conjunto das organizações signatárias.



Download Apresentação

Anexo 7

RELAÇÃO DOS/DAS PARTICIPANTES DO XI ENCONTRO NACIONAL SIGNATÁRIAS DA PLATAFORMA MROSC

Nº.	NOME	INSTITUIÇÃO
001	Adalberto Calmon Barbosa	Obra Social Nossa Senhora da Glória - Fazenda da Esperança
002	Adenilce Maria A. Silva	Rede Pequi
003	Aguinaldo Luiz de Lima	Instituto Redes para o Desenvolvimento
004	Aline Brauna dos Santos	União Comunitária de Desenvolvimento de Freixeiras
005	Aline Viotto	GIFE
006	Álvaro Augusto de Andrade Mendes	Plataforma Acre
007	Amilson Rodrigues da Silva	Cáritas Norte III
008	Ana Kátia dos A. Pinheiro	CITADELLE /IOS
009	Ana Patrícia Reis da Silva	Instituto Nova Amazônia
010	Angélica Tomassini	Elo Ligação e Organização
011	Bárbara Elcimar dos Reis Alves	Fórum Baiano LGBT
012	Bianca Marconato de Oliveira	Instituto Maná do Céu para os Povos
013	Bianca Monteiro da Silva	Escola de Dirigentes
014	Camila Veiga	Elo Ligação e Organização
015	Candice Araújo	Elo Ligação e Organização
016	Carla Alexandra Rodrigues	Instituto Maná do Céu para os Povos
017	Cássio França	GIFE
018	Cerezo Antonio Ferreira da Silva	Rede Ecocidadania REAJA
019	Cibele Kuss	FLD
020	Cláudio Mendes Monteiro	Instituto PEB (Associação PEB - Projeto Educa Basquete)
021	Cristiano Ávila Costa	Instituto Cultural Filhos de Arauanda
022	Daniel Turíbio Rech	UNICOPAS

023	Dimas Ribeiro Silva	Sociedade Aliança de Desenvolvimento - SAD
024	Dino José de Oliveira Alves	Pró-Vida
025	Dotzi Mara Godor Rosa	Ser Social
026	Eduardo de Carvalho Mota	Movimento de Meninos e Meninas de Rua de Goiás - MMMR/GO
027	Eliana Rolemberg	Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE
028	Eliete B. Monteiro	SOS Vida Saudável
029	Emanuelle Cristina do Nascimento Oliveira	Associação Beneficente Rosa Dália
030	Ênio Rodrigues da Rosa	Instituto Paranaense de Cegos - IPC
031	Erika Regina Correia	MAIS - Consultoria Social
032	Gabriel de Franco Rocha	Associação Hospital de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro - Hospital Pequeno Príncipe
033	Henrique Botelho Frota	Associação Brasileira de ONGs (Abong)
034	Hermano da Silveira	OIKA Tecnologia & Inovação
035	Indinayara Gouveia	Cáritas Brasileira
036	Jordana Albino Oliveira	Instituto EcomAmor
037	Juarez Ribeiro de Souza	Companhia Teatral Vem Viver
038	Laís de Figueirêdo Lopes	SBSA
039	Laura Hêmilly Campos Martins	Cáritas Brasileira
040	Lauseli Emanuelle Melo Delfino	Centro de Projetos e Assistência Integral
041	Letícia Carneiro Plachi Mansur	Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais
042	Lucas Seara	OSC Legal / ECOS Comunicação em Sexualidade
043	Lucia Inês Cardoso da Silva	Casa do Menor São Miguel Arcanjo
044	Luíza Pinheiro	GIFE Brasil
045	Marcela Vieira	Cáritas Brasileira
046	Marcelo José da Silva	Autônomo
047	Márcia Santana de Sousa	Rizoma Conexões Sistêmicas
048	Márcio Cruz	IDHE Social
049	Maria José dos Santos	Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade - GOLD
050	Maria Neuza da Silva Ribeiro	Instituto Mariana
051	Marilucia de Fátima Souza Feitosa	Instituto Atuar

052	Mário Vasconcelos	Instituto Getsêmani
053	Marta Braga Costa	Associação de Moradores / Produtores Ribeirinhos das Comunidades do Araguari
054	Maurício da Cunha Paiva	Centro Cultural Corrente do Bem
055	Mayhara Patrícia Silva Correa	Associação Caminhando para Mais um Sonho
056	Milena da Costa Franceschinelli	Rede Brasileira de Conselhos
057	Nilton César da Silva	Casa do Beco
058	Nívea Martins Pereira	Cáritas Brasileira
059	Osmar Araújo	Mudança de Cena
060	Pablo Augusto Souza de Almeida	Associação dos Paraplégicos de Uberlândia - APARU
061	Patrícia Ferreira de Almeida	Rede Pequi de Comercialização
062	Paula Storto	SBSA
063	Paulo Gabriel F. de Gusmão	PROJETUS Consultoria
064	Peter Aquino	Instituto Atuar
065	Renato Zerbinato	União de Ciclistas do Brasil - UCB
066	Rodrigo Barbosa Huhn	Instituto Amazônia TEC
067	Rodrigo O. Júnior	Associação Atlética Guanabara
068	Rosa Maria Morceli	Lírios OSC - Rede de Territórios Educativos de Várzea Grande - MT
069	Rose Ceroni Canabarro	Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - ASAFOM
070	Roselene Maria de Lima	Associação de Mulheres Negras do Acre e seus Apoiadores
071	Sérgio de Cássio Souza Nascimento	Instituto Atuar
072	Silvio Rocha Santana	Fundação Grupo Esquel Brasil - FGEB
073	Tito Santana	Empreendedor Pue
074	Ulla Ribeiro Araújo	GACC Sergipe
075	Vagner Silva de Almeida	ACIESP
076	Valquíria Alves Smith Lima	Cáritas Brasileira
077	Vitória Mesquita da Silva	Cáritas Brasileira
078	Wenden Veloso da Silva	GEAU
079	Zeca Teodoro	Plataforma MROSC DF

Realização:



Apoio:



Financiado pela
União Europeia

FICHA TÉCNICA

Organizadores: Candice Araújo, Angelica Tomassini, Marcela Vieira,
Vitória Mesquita, Nívea Martins

Relatoria: Marcelo José da Silva

Revisão: Nívea Martins

Assessoria de comunicação: Angelica Tomassini e Nívea Martins

Projeto gráfico e diagramação: Mateus Leal

plataformaosc.org.br